

VII Fórum de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Gestão de bacias hidrográficas: a crise de abastecimento

O Centro Universitário de Araraquara – Uniara realizou, no dia 5 de novembro de 2014, o VII Fórum de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, com o tema Gestão de bacias hidrográficas: a crise de abastecimento. O evento, promovido pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara, com o apoio da Funadesp e da Unicamp, foi voltado a pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, representantes do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada.

O objetivo do fórum foi dar continuidade às iniciativas do programa de divulgação dos resultados dos estudos que estão sendo desenvolvidos, bem como ampliar e fortalecer o intercâmbio com outros pesquisadores e instituições nacionais e internacionais, sempre com o objetivo de promover debates em relação às questões teóricas e metodológicas relacionadas à construção do trabalho acadêmico e divulgar pesquisas e experiências na área para a comunidade científica e sociedade.

Com mais de 100 participantes e 42 trabalhos inscritos, o evento contou com a participação de diferentes instituições públicas e particulares.

Foi a sétima edição do fórum, que vem mantendo sua periodicidade anual. Os resumos classificados estão publicados a seguir.

Os Editores

A ABORDAGEM DOS RECURSOS HÍDRICOS NO CONTEXTO CURRICULAR DA REDE PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA BREVE ANÁLISE NO CREPÚSCULO DA DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA UNESCO (2005-2014)

BASTOS, Alexandre Marucci*

RESUMO

O debate preservacionista ganhou corpo no início dos anos de 1970, tendo como principais registros históricos o relatório do Clube de Roma – "Os Limites do Crescimento" – e a "Declaração de Estocolmo". Desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável (DS) foi sendo constituído, com sua definição mais conhecida cunhada em 1987, na publicação do relatório "Nosso Futuro Comum", o qual propiciou avanços mais concretos em relação à formulação de uma teoria do DS, consolidando seus propósitos no Grande Encontro da Terra – Eco-92 ou Rio-92 – em 1992. Nesse enredo se registra que a educação foi conquistando sua relevância, tomando-se elemento imprescindível na pauta de vários eventos globais promovidos pela ONU, propondo que a conscientização sobre a preservação planetária se desse desde a infância. Tal convicção culminou na instituição da *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (DNUEDS ou DEDS), aprovada em 20 de dezembro de 2002, na 57.^a Sessão da Assembleia-Geral da ONU, quando se proclamou o período de dez anos (2005-2014) para que a educação fosse enfatizada de modo inequívoco para alcançar o DS. Destarte, este estudo traz uma breve análise sobre como tal proposição da ONU teria sido tratada pelas normas curriculares da rede pública da educação básica gerenciada pelo governo paulista; mais especificamente, quanto a proporcionar a conscientização de seu público discente sobre o uso e a importância da água, bem como da noção de gestão das fontes de abastecimento desse bem tão precioso para a eternidade da vida terrestre, cujos resultados das pesquisas procedidas - webgráfica e documental - indicariam ser insuficientes para afirmar que um ideário diacrônico norteado pela DEDS fosse estabelecido nesse recorte do trajeto propedêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Água; Currículo; Década; Desenvolvimento Sustentável; Educação.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Universidade Estadual Paulista – UNESP. Faculdade de Ciências e Letras. Campus Araraquara-SP. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar na linha de pesquisa em Política e Gestão Educacional.

PROIBIÇÃO DO USO DE AMIANTO NO BRASIL: O CONFRONTO ENTRE A ECONOMIA E OS DANOS DECORRENTES DE SUA UTILIZAÇÃO

SOUZA, Amanda Petronilho de; CINTRÃO, Janaina Florinda Ferri***

RESUMO

O amianto é uma fibra mineral natural utilizada na produção de uma grande variedade de produtos, principalmente telhas. Durante o processo de extração e de produção desses produtos, não são raros os casos de contaminação do ambiente laboral e, conseqüentemente, dos trabalhadores envolvidos. Atualmente, no Brasil, há muitos processos judiciais relacionados a esse tipo de contaminação laboral, tendo como causa pedir o pagamento de indenizações aos funcionários e à coletividade. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar as leis estaduais que foram criadas com o intuito de proibir a utilização do amianto em seu território e a lei nacional que limita o uso do amianto e fazer uma comparação com as medidas tomadas em outros países. Quanto aos aspectos metodológicos, será realizada uma revisão bibliográfica que inclui o levantamento de informações científicas e das principais leis que envolvem o amianto para análise. Por fim, pretende-se contribuir para um melhor entendimento da problemática jurídico-ambiental relativa ao tema, e contribuir para a redução dos riscos no meio ambiente do trabalho e para responsabilização socioambiental dos poluidores pelos danos causados e qual decisão, a aprovação ou a proibição do uso de amianto no Brasil, é a mais benéfica a população, sem causar danos a economia do país.

PALAVRAS-CHAVE: Amianto; Direito; Proibição.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Centro Universitário de Araraquara-Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Araraquara/SP.

**Docente (Orientadora) Centro Universitário de Araraquara-Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Araraquara/SP.

CONSÓRCIO PÚBLICO COMO ALTERNATIVA NA EFETIVAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

*SANTOS, Ana Helena Lopes dos**; *CASTRO, Marcus Cesar Avezum Alves de***;
*LORENZO, Helena Carvalho de****

RESUMO

O hábito de consumo da sociedade atual tem como consequência significativa produção de resíduos urbanos, e seu gerenciamento tem sido objeto de dificuldade principalmente para os pequenos municípios brasileiros. Tal situação é agravada frente às exigências impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei n.º 12.305/2010), que, em contrapartida, apresenta como instrumento facilitador para a gestão dos resíduos a formação de consórcios intermunicipais. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a possibilidade de contribuição de consórcios intermunicipais na efetivação dos planos municipais de resíduos sólidos em cidades de pequeno porte, tendo como espaço de estudo os municípios de Guariba, Pradópolis, Barrinha, Motuca e Rincão. Por meio de estudo exploratório acerca das experiências de consórcios em municípios brasileiros, será possível destacar motivos que contribuíram ou dificultaram a implantação e manutenção desse modelo de gestão, além de possibilitar o levantamento dos modelos tipológicos de implantação de consórcios paulistas de resíduos sólidos. A coleta de dados quantitativos em bancos de dados oficiais e por questionários proporcionará a realização de panoramas da gestão municipal dos resíduos, e por meio de método comparativo será possível selecionar os possíveis eixos de ação para o arranjo intermunicipal. Espera-se como resultado instrumentalizar os municípios para a gestão regional dos resíduos frente aos novos cenários e exigências impostos pela PNRS, por meio da economia de escala, prioridade em investimentos estaduais e federais e ampliação da capacidade de realização e da representatividade proporcionados pela implantação de consórcio intermunicipal.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública; Consórcio Intermunicipal; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Resíduos Sólidos.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIARA) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP/IGCE) – Rio Claro, SP.

***Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

SISTEMAS AGRÍCOLAS E GRUPOS DE PRODUÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO EM DUAS MODALIDADES DIFERENCIADAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS

SILVA, Ana Lúcia; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta**

RESUMO

O acesso à água, estando ele reconhecido ou não explicitamente pelos governos como um direito, é fundamental para a sobrevivência dos seres humanos e mesmo para a garantia de inúmeros outros direitos. A garantia do acesso à água potável de boa qualidade, sem discriminação ou restrições e equitativo no Brasil, deve ocorrer por meio das políticas públicas de saneamento ambiental e assistência social. Em Araraquara, o Departamento Autônomo de Água e Esgotos mantém o Fundo Social para atendimento das famílias que estejam em situação de exclusão desse direito. A proposta deste trabalho é analisar o lugar do Fundo Social nas políticas públicas municipais dirigidas à garantia dos direitos. Com base em dados quantitativos; financeiros e de atendimento, e qualitativos; entrevistas com consumidores, mapeamos a exclusão a partir de três tópicos: trabalho, território e cidadania. Os dados apresentam que 55% das residências das famílias beneficiárias estão concentradas em apenas 15 bairros, geralmente localizados em regiões periféricas. 82,4% dos domicílios possuem renda per capita de até ½ salário mínimo. Entre os representantes das famílias atendidas, 64,3% das pessoas não concluíram o ensino fundamental e 29,8% estão desempregados. Os tipos de ocupações apresentadas pelos demais refletem as condições de baixa escolaridade e qualificação profissional e conseqüentemente salários inferiores. O Fundo Social, embora desvinculado de outras políticas públicas, cumpre a meta de garantia de acesso à água.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à água; Exclusão social; Fundos públicos; Políticas públicas.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

ANÁLISE DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ À LUZ DA BASE PRINCÍPIOLÓGICA DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

GALLÃO, André Fernando Busse*

RESUMO

A Bacia do Alto Tietê encontra-se na região metropolitana de São Paulo, que, por abrigar o maior contingente populacional e o maior polo de geração de renda e emprego do Brasil, e conseqüentemente ser palco dos maiores conflitos pelo uso da água, é vista por todo o Brasil como referência para o sistema de gerenciamento dos recursos. Essa área metropolitana, onde está situada a Bacia do Alto Tietê, sofre com a escassez de água para abastecimento público, uma política urbana visando ao desenvolvimento e ao controle urbano é fundamental, uma vez que este é um dos principais conflitos que interferem na disponibilidade de água daquela região. Assim, as ações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, ainda que muito limitada, poderia ter uma importante função, quanto à necessidade de equacionamento com relação as políticas urbanas. O trabalho tem como objetivo caracterizar e analisar os limites e desafios da gestão integrada dos recursos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, bem como dos principais agentes envolvidos no processo, identificar as ações necessárias para garantir a disponibilidade e minimizar os conflitos socioambientais existentes na referida bacia hidrográfica, sempre como pano de fundo a Política Nacional de Recursos Hídricos. A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Alto tietê; Gestão; Política nacional de recursos hídricos.

*Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MATÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS BENEFICIÁRIOS

CAMARGO, Angélica Augusta; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo de***

RESUMO

A Organização das Nações Unidas definiu o ano de 1994 como o ano Internacional da Família com a intenção de fomentar mudanças comportamentais no meio acadêmico e, principalmente, nos meios em que os gestores de políticas públicas atuam em relação à importância da família nos processos de viver e ser saudável. A construção do Sistema Único de Saúde avançou de forma substantiva nos últimos anos e a cada dia se fortalecem as evidências da importância da atenção primária à saúde. Entretanto, a capacidade de resposta dos sistemas de saúde às necessidades da população é questionável, em especial dentro do modelo centrado no médico e no hospital. O objetivo do presente trabalho é mostrar a eficácia, os entraves e as efetividades sociais da Estratégia da Saúde da Família em um bairro no município de Matão/SP. Nessa perspectiva, analisam-se o conjunto de atividades desenvolvidas pela Estratégia da Saúde da Família, identificando a eficácia do programa na questão da gestão e sua efetiva contribuição para as condições de saúde de seus usuários. Esta pesquisa se configura enquanto um estudo de caso, com abordagem quantitativa e qualitativa, sendo realizada em quatro fases: delimitação da unidade caso, coleta de dados, seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório. Os resultados buscam mostrar a organização e a caracterização do atendimento, de acordo à proposta do Ministério da Saúde, que é a de garantir os direitos dos cidadãos quanto à universalidade, equidade e integralidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestores; Políticas Públicas; Saúde da Família; Sistema Único de Saúde.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Mestrado em Desenvolvimento e Regional em Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Docente da Universidade Federal de Goiânia (UFG) e do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ: INSTALAÇÃO DE NOVOS SAF's e PERSPECTIVAS DE DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

LOPES, Antônio Wagner Pereira; CARMO, Maristela Simões***

RESUMO

O Sistema Agroflorestal, constituído pelo plantio de culturas agrícolas, através da introdução e consorciamento de árvores nas áreas de produção agropecuária, tem trazido bons resultados na recuperação de áreas degradadas, dentre outras. O assentamento Sepé Tiarajú tem, em sua trajetória, parcerias significativas com instituições acadêmicas e órgãos públicos, visando inserir os SAF's como alternativas nos sistemas produtivos. Através da metodologia de observação participante, foram acompanhados diferentes momentos de implantação de um novo SAF e replantio de outro. Foi observado o trabalho em sistema de mutirão, a orientação, sob a forma de receitas de compostagem e biofertilizantes, alternativas de manejo em pequenas áreas, o que tem lhes permitido obter aumento na produtividade, renda e diversificação de cultivo. O Sepé Tiarajú foi contemplado com o projeto de Microbacia II PDRS/AS 02-2014. Serão implantados 31 novos SAF's, com os seguintes objetivos: recuperar áreas não protegidas, capacitar famílias assentadas em manejo de Sistemagroflorestais, melhorar a capacidade das organizações dos assentados e o acesso das cooperativas ao mercado. Através da organização, foram dados passos decisivos no sentido da população conquistar emancipação, pois a busca por parcerias e por projetos conjuntos com as universidades tem permitido aos agricultores dar passos importantes no sentido da transição agroecológica, ainda que esta ocorra de forma heterogênea entre as famílias. Resultado: A instalação desses SAF's se soma às demais estratégias postas em ação nesse assentamento, visando a um modelo diferenciado de agricultura.

PALAVRAS-CHAVE: Microbacia; Parcerias; Preservação; SAF's; Sustentabilidade.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Doutorando em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – UNICAMP/FEAGRI, Campinas-SP. Graduada em Farmácia pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

**Docente no Departamento e Economia Rural da UNESP/Botucatu-SP, colaboradora da Pós-Graduação da Feagri – Faculdade de Engenharia Agrônômica da UNICAMP – Campinas-SP.

AValiação ECOTOXICOLÓGICA DO Córrego Chibarro por Bioensaios com *Poecilia reticulata* (Teleostei, Poeciliidae)

CAIRES, Carlos Eduardo Mateus*; GORNI, Guilherme Rossi**

RESUMO

Atualmente o monitoramento ambiental está mais próximo da ecotoxicologia uma ciência que estuda os efeitos nocivos causados por substâncias químicas a organismos vivos em seu habitat e tendo como uma de suas ramificações a ecotoxicologia aquática, linha no qual estuda os níveis toxicológicos que afetam organismos aquáticos; assim o objetivo deste trabalho é investigar a qualidade da água do corpo hídrico Córrego do Chibarro, situado próximo ao Assentamento de Reforma Agrária Bela Vista, na cidade de Araraquara – São Paulo, O assentamento possui uma área total de 3.427 hectares; no período de 1991 a 2006, foi dividido em 176 lotes, com média de 15 a 16 hectares cada. A avaliação será realizada por meio dos resultados obtidos nos ensaios de toxicidade aguda e crônica nos pontos montante e jusante do córrego; para isso são realizados testes laboratoriais sobre condições específicas e controladas, utilizando-se de organismos vivos, que representam um nível da cadeia trófica, mensurando assim impactos em vários níveis; para estes ensaios serão utilizados peixes *Poecilia reticulata* (Teleostei, Poeciliidae), popularmente conhecido como Lebeste ou Guarú, amplamente usado no aquarismo ornamental devido ao seu baixo custo comercial e facilidades na criação em cativeiro; serão expostos a concentrações de 100%, 50%, 25%, 12,5% e 6,25% das amostras coletadas em ensaios semiestáticos de toxicidade aguda e crônica, seguindo as normas ABNT 15499 e 15088 e OECD/OCDE 305.

PALAVRAS-CHAVE: Córrego Chibarro; Ecotoxicidade Aquática; *Poecilia reticulata*.

*Graduando em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Centro de Estudos Ambientais (CEAM) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

BIOSEGURANÇA EM EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL NO BIOTÉRIO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA/SP

PIOVAN, Carolina Togneri de Souza; RIBEIRO, Maria Lúcia*; GORNI, Guilherme Rossi**

RESUMO

Para o desenvolvimento de projetos que envolvam experimentação animal, os biotérios necessitam atender às normativas de biossegurança do órgão fiscalizador do Estado de São Paulo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). A experimentação animal tem como missão a comprovação de conceitos científicos de testes pré-clínicos para novas abordagens terapêuticas e farmacológicas na sociedade civil, eximindo o ser humano de ser testado e, sempre cumprindo as legislações e normas pertinentes, seu uso depende sempre da análise e aprovação dos projetos no Comitê de Ético Animal. Visando certificar o centro de pesquisas biológicas (biotério) do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) quanto à legislação vigente, foi prevista uma reestruturação e adequação da infraestrutura e dos recursos humanos, para que as ações sempre visassem à prevenção e diminuição dos riscos relacionados às atividades de pesquisa que colocassem em risco a saúde dos profissionais e dos animais vivos envolvidos na pesquisa. Portanto, foram feitas mudanças estruturais na planta do espaço que seria utilizado, para que todos os materiais peculiares à pesquisa e aos animais entrassem por uma extremidade, e tanto os recursos quanto os animais em pesquisa seguissem um fluxo linear, para que assim o material de descarte e os animais eutanasiados saíssem por outra extremidade, sem retorno ao local de origem, evitando assim a contaminação. Os profissionais envolvidos também receberam treinamento adequado para limpeza e manutenção do local, visando sempre à biossegurança dos experimentos e dos pesquisadores. O conjunto de ações que dita a biossegurança do laboratório está relacionado aos valores éticos e de responsabilidade social que, por sua vez, estão diretamente ligados à proteção dos indivíduos, do meio ambiente e da sociedade como um todo. Portanto, a UNIARA está comprometida com as boas práticas de laboratórios nas atividades de pesquisa com animais vivos e desenvolvimento tecnológico, seguindo as normativas de biossegurança.

PALAVRAS-CHAVE: Biossegurança; Biotério; Ético Animal.

*Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA, Araraquara, SP.

ANÁLISE NUTRICIONAL DOS PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE

*JUSTINO, Danielly Oliveira**; *DUVAL, Henrique Carmona**; *FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta**; *CARNEIRO, Ana Carolina**

RESUMO

A presente comunicação é fruto do trabalho de iniciação científica da primeira autora no interior do projeto Da Invisibilidade ao Protagonismo: relações de gênero nos assentamentos, nos projetos de desenvolvimento sustentável e nos territórios da cidadania (CNPq, 2013-2015). Dá continuidade à pesquisa e à extensão universitária realizadas junto a grupos produtivos de mulheres nos assentamentos rurais de Araraquara, porém com foco inicialmente nos produtos do grupo da padaria artesanal no assentamento Monte Alegre. Foram realizadas idas a campo, coleta das receitas e dos produtos para posterior observação em laboratório. A pesquisa identificou as mudanças recentes na forma de organização do grupo, que é constituído no interior da Associação de Mulheres Assentadas (AMA), mas que recentemente criou também uma microempresa para adentrar novos mercados. Com as novas demandas, houve aumento das variedades de produtos: foram coletadas 13 novas receitas. Utilizamos as receitas para o cálculo do rendimento total de cada uma delas e a quantidade das porções determinadas para cada tipo de produto. De acordo com a porção calculada foram determinadas: quantidades dos macronutrientes (Carboidrato, Proteína, Gordura Total e Saturada), Sódio, Fibras, Cálcio, Vitaminas A, E e C, Valor calórico e a porcentagem que cada porção representa no valor calórico diário (% VD), de acordo com as normas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) empregadas para montagem de tabelas nutricionais. Foram recolhidas amostras de cada produto para observação e análise sensorial no laboratório, para que desta forma fosse determinado o prazo de validade de cada produto. A partir dos dados obtidos foi elaborada a rotulagem desses produtos. As tabelas nutricionais e os rótulos têm auxiliado as assentadas nas condições de comercialização e divulgação de seus produtos, importante, segundo elas, por que agora elas têm uma "marca", reconhecida pelos consumidores urbanos. Por outro lado, a comunicação pretende explorar a evolução e os entraves que se colocam nas experiências de grupos produtivos de mulheres, seja nas formas de comercialização seja na sua inserção na agenda política.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Nutricional; Protagonismo Feminino; Segurança Alimentar.

*Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, Araraquara, SP.

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.947/2009 NOS MUNICÍPIOS DE TORRINHA E BROTAS, FRAGILIDADES E CONQUISTAS NA EXECUÇÃO DO PNAE

ALMEIDA, Eliane de; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta***

RESUMO

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), uma das mais antigas políticas públicas no Brasil, tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos estudantes, promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis. Com a promulgação da lei 11.947/2009, o total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para execução do programa deve ser utilizado no mínimo trinta por cento na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. A pesquisa analisa a implementação da lei 11.947/2009 nos municípios de Torrinha e Brotas. A metodologia da pesquisa apresenta dados primários e secundários, com abordagens qualitativas e quantitativas. Os achados da pesquisa apontam que a imposição da Lei 11.947/2009 tem apresentado um caráter maior de "obrigação" por parte do Poder Público que de "incentivo" aos pequenos produtores. Apontam, ainda, que a participação de Cooperativa contribui em 70% da aplicação dos recursos destinados à agricultura familiar no município de Brotas. Constatou-se que existem pequenos produtores rurais comprando a produção por um preço menor de outros e vendendo ao programa por um preço mais caro, fugindo assim dos objetivos do PNAE. A análise contribuiu para uma avaliação do processo de implementação da política pública, identificando os gargalos que condicionaram o não cumprimento das metas e objetivos do PNAE e as ações no que tange à aplicação do mínimo previsto na lei 11.947/2009.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Lei 11.947/2009; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Apoio Financeiro: PROSUP/CAPES.

*Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, Araraquara, SP.

**Coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

GESTÃO PÚBLICA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL EFICIENTE

*YOSHIURA, Elizabete Issuzu Kinoshita**; *ORIANI E PAULILO, Luiz Fernando de***

RESUMO

Nas últimas décadas, importantes alterações em nível local têm influenciado as administrações públicas municipais. Os municípios, ao terem sua autonomia consagrada no pacto federativo de 1988, assumiram não só responsabilidades pelos serviços públicos de interesse local, como também tiveram alterações no seu perfil tributário, decorrente da distribuição da arrecadação tributária definidas na Carta Magna. Dessa forma se justifica a necessidade de uma administração tributária eficiente, tendo em vista a importância da arrecadação tributária municipal no sentido de viabilizar a capacidade de investimento local em infraestrutura e serviços públicos. O objetivo deste trabalho é mostrar o comportamento da administração tributária do Município de Bauru/SP, no período de 2009 a 2014, à luz dos conceitos inovadores de governança pública, com vista à sua eficiência, identificando quais os conceitos e valores que foram incorporados na gestão pública local ao longo do referido período. Este trabalho, pela natureza da investigação, utiliza-se do método de estudo de caso. A pesquisa realiza-se nas dependências do Departamento de Arrecadação Tributária da Prefeitura Municipal de Bauru, onde a pesquisadora exerce suas atividades profissionais. Quanto aos meios, a investigação conta com pesquisa de campo, incluindo observação participante e entrevistas estruturadas com questões de relativas às práticas de governança, aplicada aos Auditores Fiscais Tributários Municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Pública; Administração Tributária; Governança.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, Araraquara, SP.

A MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO MARIA MENDES COMO UNIDADE DE ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*MARTINS, Fábio do Espírito Santo**

RESUMO

Este trabalho propõe a concretização de um conjunto de relações transversais ao que se referem aos processos pedagógicos e cognitivos circunscritos à Educação Ambiental. Mediante a orientação de alunos dos 7.º e 8.º anos do Ensino Fundamental da rede pública de Américo Brasiliense, foi realizado um estudo de percepção socioambiental da microbacia hidrográfica do córrego Maria Mendes, afluente do rio Mogi-Guaçu, além de principal curso hídrico daquela cidade. Então, priorizou-se a compreensão da complexidade do contexto conceitual definidor de Bacia Hidrográfica, isto é, buscou-se evidenciar as inter-relações entre os elementos que o compõem, assim como as causas e consequências derivadas da conectividade cíclica existente entre eles. Mas, principalmente, como incidem de modo direto sobre a vida. Estudou-se teoricamente e, em momento posterior, se constataram em campo os aspectos abióticos, ou seja, a geomorfologia, relevo, clima e temperatura. E também os aspectos bióticos, a saber, a biodiversidade; mas, sobretudo, como os impactos antrópicos que a ocupação desordenada e a atividade econômica, efetuadas sobre a territorialidade que circunscreve aquela microbacia, afetam diretamente a vida humana. Derivado de um deslocamento desde a nascente do córrego, ao longo de 9 km por todo o leito, até o limite do município; seguido por um segundo momento de trabalho de campo, com o apoio da Polícia Ambiental, onde se navegou por trechos do rio Mogi-Guaçu, buscou-se propiciar a percepção do quanto necessário é o entendimento da complexidade cíclica que define a Bacia Hidrográfica como balizador principal para a compreensão das problemáticas responsáveis pela escassez da água e, portanto, de um correto protocolo de gestão sustentável desse recurso imprescindível para a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Bacia Hidrográfica; Educação Ambiental; Sustentabilidade Socioambiental.

*CRHEA/USP – São Carlos, SP. PPGCS/UNESP – FCL – Araraquara, SP.

INCIDÊNCIA DE CÂNCER DE PELE EM TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE – ESTADO DE SÃO PAULO

*MORI, Flávia Renzi**; *FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta***;
*WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta***

RESUMO

O câncer de pele constitui uma das neoplasias muito frequentes em diversas pessoas, dentre elas trabalhadores rurais. Embora não se tenha dados precisos sobre o tipo de profissão com maior incidência do câncer de pele, é provável que trabalhadores em exposição excessiva ao sol, entre estes os trabalhadores rurais, correspondam aos casos críticos dessa doença. A falta de informação sobre os riscos da exposição à radiação ultravioleta e a importância da prevenção leva ao aumento da incidência do câncer de pele. Segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia, uma conscientização sobre a importância da prevenção da exposição excessiva à radiação solar, por meio do uso de protetores solares, óculos e roupas adequadas, bem como a redução do tempo de exposição direta, contribui significativamente para a redução de novos casos de câncer da pele. Um estudo sobre a saúde do trabalhador rural pode ampliar conhecimentos para a prevenção de agravos, para a promoção da saúde e oferecer subsídios para uma política efetiva de vigilância da saúde do trabalhador rural. Objetivos deste trabalho: 1) Avaliar a incidência de câncer de pele em trabalhadores rurais, pertencentes a grupo de risco, do município de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo; 2) Descrever o quadro epidemiológico do câncer de pele do grupo de risco, trabalhadores rurais, selecionados para este estudo; 3) Programar as ações preventivas para o câncer de pele, contribuindo para a conscientização sobre os cuidados, através de atuações educativas por profissionais da área da saúde; 4) Verificar o histórico familiar relacionado a essa patologia do grupo pesquisado; 5) Analisar comparativamente se ocorre maior incidência do câncer de pele no sexo masculino ou feminino, em relação ao grupo de risco estudado. Caminhos metodológicos: análise através de entrevistas gravadas, aplicação de questionários respondidos por trabalhadores rurais, nos bairros onde reside maior quantidade desses trabalhadores, na cidade de Américo Brasiliense, os quais tiveram ou não câncer de pele. Será avaliada nesta pesquisa a prevalência de câncer de pele e lesões pré-malignas. Este estudo se insere numa abordagem epidemiológica que propõe dialogar com outras áreas do conhecimento. Espera-se, com esta pesquisa, tentar conhecer e compreender as condições de vulnerabilidade em que se encontra esse tipo de trabalhador, face aos riscos de câncer de pele a que está sujeito pelas suas características e pelo grau de exposição ao sol decorrente da sua jornada de trabalho. A revisão bibliográfica mostrou escassez de estudo sobre essa temática na produção acadêmica feita até o momento.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer de pele; Fotoexposição; Trabalhadores rurais.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

TEMÁTICA AMBIENTAL, RAZÃO INSTRUMENTAL E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

*CHADDAD, Flavio Roberto**; *OLIVEIRA, Edilson Moreira***

RESUMO

Apresentada como uma das formas de sanar a problemática ambiental que estamos vivendo, situa-se a educação ambiental. Neste contexto, observamos a presença e as influências do monoteísmo judaico-cristão e da razão instrumental nos processos educativos ambientais, os quais permitiram, em termos ideológicos, que o meio ambiente externo ao ser humano se tornasse passível de ser tratado por meios técnicos científicos, a exemplo do conceito de desenvolvimento sustentável, sem o questionamento do paradigma hegemônico responsável pela degradação ambiental. Nessa perspectiva, observamos a elaboração de um documento chave direcionado para a educação das futuras gerações, tendo em vista a temática ambiental: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Do exposto registramos que esta investigação objetiva analisar se há influências da razão instrumental na temática ambiental presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para tanto, este estudo se delinea como uma pesquisa qualitativa, adotando como método de análise o materialismo histórico dialético, definindo-se, a priori, a contradição estabelecida entre uma educação ambiental, que tem em suas bases o monoteísmo judaico-cristão desembocando na razão instrumental, cuja base se constrói desde o século XVI com Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton, e as propostas de uma educação ambiental crítica, em que o homem e todas as suas produções materiais e imateriais de existência se mostram imbricados no meio ambiente, ou seja, uma contradição não antagônica. Assim, elegemos como categoria de análise a contradição e a tensão dialética estabelecidas entre a razão instrumental e a natureza, cujo conceito será analisado tendo como texto fundante "O conceito de iluminismo" de Adorno e Horkheimer.

PALAVRAS-CHAVE: Cientificismo dos Séculos XVI e XVII; Educação Ambiental; Metodologias da Educação Ambiental; Razão Instrumental.

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP).

**Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP).

ANÁLISE DA DIVERSIDADE DE MACROINVERTEBRADOS BENTÔNICOS EM TRECHOS SELECIONADOS DO RIO MOGI GUAÇU

FALAVINIA, Gabriel Munhoz; GORNI, Guilherme Rossi***

RESUMO

Os macroinvertebrados aquáticos são frequentemente utilizados como bioindicadores por apresentar características, como ciclo de vida suficientemente longo, que favorecem a detecção das diversas alterações ambientais em um tempo hábil, além de tamanho do corpo relativamente grande, fácil amostragem e grande variedade de espécies, de forma a possuir diferentes tolerâncias às mudanças da qualidade das águas. A distribuição espaço-temporal dos organismos aquáticos altera-se pela ação dos impactos, condições físicas, que compreendem o hábitat (substrato, fluxo, turbulência) e a disponibilidade de alimentos, assim podem ser utilizados na avaliação da qualidade da água. Este estudo tem como principal objetivo analisar a integridade da água do Rio Mogi Guaçu, região de Santa Eudóxia-SP, através da identificação da fauna de macroinvertebrados aquáticos. Serão comparados 4 pontos de coleta, sendo trechos distintos, 2 próximos às margens e 2 no meio do rio. Os animais serão coletados através do método de dragagem e pelo método varredura com uma rede em D coletando o substrato do rio e analisando os organismos nele contidos. Os macroinvertebrados serão identificados em nível de família, e para análise de dados serão utilizados as métricas ecológicas de riqueza, abundância e índice de diversidade de Shannon.

PALAVRAS-CHAVE: Ambientes Lóticos; Comunidade Bentônica; Invertebrados Aquáticos; Sedimento.

*Graduando em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP

CLASSIFICAÇÃO SUPERVISIONADA NO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO RICO

*OLIVEIRA, Gildriano Soares de**; *COSTA, Beatriz de Oliveira***; *SILVA, Michele Claudia da****;
*CASTELINI, Fabrício Rogério*****; *SILVA, Sergio Campos******

RESUMO

Classificação de imagens refere-se à tarefa de extrair as classes de informação a partir de uma imagem raster multibanda. Com modelos de paisagem, da interação com a moderna tecnologia da informação e a conservação da natureza, é possível desenvolver práticas de uso sustentável da terra, com uma gestão integrada dos recursos naturais. Bacias hidrográficas são cada vez mais importantes no planejamento de recursos, principalmente para a conservação do solo, gestão dos sistemas urbanos e rurais. O objetivo deste trabalho foi utilizar o sensoriamento remoto e o processamento digital de imagens nos anos de 1984 e 2011 no sentido de entender os processos de transformações da paisagem. A classificação supervisionada permitiu analisar, de maneira particular, nove classes de uso e ocupação do solo. A área de mata teve um crescimento durante o período analisado, passando de 3,43% da área para 8,44%. Esse incremento pode ser devido aos processos de reflorestamento que foram implantados na região. A classe de pastagem apresentou uma redução drástica, devido à implantação do sistema produtivo de cana-de-açúcar nessas áreas. O mesmo fato ocorreu com a área de frutíferas, principalmente nas áreas de citricultura. Na classe de solo exposto, verificou-se nas imagens que uma porcentagem dessa área refere-se também à cultura de cana. Esse modelo colaborou no sentido de entender os processos de transformações de uso e cobertura do solo e os principais fatores determinantes, demonstrando a intensidade e localização destas, chamando a atenção para a análise dos impactos de tais mudanças e a importância do manejo juntamente com a atividade rural para a região e a sustentabilidade no contexto das bacias hidrográficas.

PALAVRA-CHAVE: ArcGIS; Hidrologia; Landsat 5; SIG.

Apoio Financeiro: CNPq.

*Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Departamento de Engenharia Rural, Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n 14884-900, Jaboticabal-SP, Brasil, 016 98217-4495, gilsoaresoliveira@yahoo.com.br.

** , *****Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agrônômicas – Departamento de Energia na Agricultura, Fazenda Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780, 18610-307 – Botucatu-SP, Brasil.

***Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Departamento de Engenharia Rural, Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n 14884-900, Jaboticabal-SP, Brasil.

****Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Departamento de Zootecnia, Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n 14884-900, Jaboticabal-SP, Brasil.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM. ESTUDO DE CASO DA POUADADA CAMINHOS DO BOM CAFÉ

MENICUCCI, Gustavo Rennó; QUEDA, Oriowaldo***

RESUMO

A utilização do turismo como atividade geradora de lucro, emprego e renda se justifica como forma de desenvolvimento; contudo, essa atividade não está livre para praticar ações consideradas prejudiciais nas relações homem x natureza. O objetivo do trabalho é a elaboração de indicadores ambientais para pousadas em meio rural, com o apoio de planilhas, em plataforma Excel®, já descritas na literatura, como APOIA Novo Rural, Ambitec – Agro e ISA. Para alcançar esse objetivo, elaboraremos uma pesquisa bibliográfica sobre os principais indicadores de sustentabilidade em meio rural, nacionais. Numa adaptação, utilizando o sistema definido, acrescentaremos os indicadores pertinentes à hospedagem rural, alinhados com a ABNT, pela norma, NBR 15401, que normatiza o turismo sustentável, a fim de conferir maior aplicabilidade das questões sustentáveis nos meios de hospedagem. Será utilizado como estudo de caso real a Pousada Caminhos do Bom Café, localizada no Circuito das Malhas, Sul de Minas. Faremos entrevistas com funcionários e proprietários, por meio de questionários semiestruturados. Ao final do trabalho, esperamos compreender mais, com a colaboração dos indicadores, a relação do homem com a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Indicadores de sustentabilidade; NBR 15401; Turismo sustentável.

*Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP. gustavormenicucci@gmail.com.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP. oriovaldoqueda@gmail.com.

APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS E A AUTOGESTÃO EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP

*PINHEIRO, Jaciara de Oliveira**; *GALLO, Zildo***

RESUMO

As cooperativas de trabalho estão permeadas nos mais diversos setores da economia, em razão disso, estão inseridas em um cenário altamente competitivo, em face as mais variadas estruturas societárias, as quais conseqüentemente dispõem de mais capital e uma gestão mais qualificada, bem como visam interesses individuais. O tema em tela se justifica pelo motivo de demonstrar as formas de cooperativas de trabalho, e a sua possibilidade enquanto empreendimento na cidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP, tendo em vista que a economia da comarca é voltada para o agronegócio, ou seja, as usinas açucareiras localizadas na cidade de Pirassununga/SP, município limítrofe com a cidade, representam a principal fonte de rendimentos dos habitantes (IBGE, 2010). A pesquisa visa identificar se, na atual gestão da Cooperativa de Transportadores Autônomos de Santa Cruz das Palmeiras/SP, são exercidos ou não os princípios cooperativistas e a autogestão. A metodologia utilizada será a análise documental, tais como serão analisados: atas, estatutos, regimento interno e outros correlacionados, bem como realizar entrevistas semiestruturada com os cooperados e empregados da cooperativa. O resultado esperado é demonstrar a importância da autogestão na Cooperativa de Transportadores Autônomos de Santa Cruz das Palmeiras/SP.

PALAVRAS-CHAVE: Autogestão; Cooperativas; Cooperpalmeiras; Princípios Cooperativistas.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

LEVANTAMENTO FLORÍSTICO E FITOSSOCIOLÓGICO DE FRAGMENTOS DE CERRADO DO INSTITUTO FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP

*PIZOLETTO, Jaqueline Aparecida Vicente**; *SOSSAE, Flávia Cristina***; *ALONSO, Mauricio****

RESUMO

O bioma do cerrado é um complexo de vegetações com múltiplas fisionomias, tais como campestre, campo sujo, campo cerrado e cerradão. Localizado na região centro-oeste e sudeste do país, o cerrado ocupa aproximadamente 25% do território brasileiro. Devido à presença de fragmentos com vegetação de gramíneas e uma topografia plana, esse bioma passou a ser utilizado para agricultura e pastagem. Com o aumento na demanda por áreas agricultáveis, pastagem e a crescente urbanização, esse bioma sofreu e ainda sofre com as ações antrópicas, levando a perda de muitas espécies endêmicas, que em muitos casos nem chegaram a ser identificadas. O estudo no Instituto Florestal tem como objetivo realizar o levantamento florístico e fitossociológico para identificar as espécies presentes nos fragmentos e verificar quantitativamente a composição, estrutura, dinâmica, história, distribuição e relações ambientais da comunidade vegetal desses fragmentos. A metodologia utilizada para a investigação da cobertura vegetal será uma adaptação do "levantamento rápido (LR)" para amostragem da vegetação arbórea. Essa técnica será usada para coletar dados qualitativos de forma expedita. Para o estudo da estrutura fitossociológica dos fragmentos será adotado o método de parcelas, no qual serão demarcadas 35 unidades amostrais de 10×10 m, somando uma área total de 3.500 m². Essas unidades serão instaladas ao longo de transecções perpendiculares a uma trilha que irá contornar os fragmentos. As transecções serão demarcadas por linhas paralelas, com intervalo de 50 m da borda da mata, atravessando uma extremidade a outra, onde serão as parcelas, procurando evitar a vegetação marginal exterior do fragmento. A importância de estudar o cerrado consiste no entendimento da dinâmica dessa vegetação, no qual apresenta espécies endêmicas de fauna e flora que são importantes para equilíbrios existentes nas complexas fisionomias presentes nesse bioma.

PALAVRAS-CHAVE: Cerrado; Fitossociologia; Florística; Método de Parcelas.

*Graduanda em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

**Docente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

***Engenheiro do Instituto Florestal – Araraquara, SP.

CARACTERÍSTICAS MORFOMÉTRIAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO PÁDUA DINIZ, SÃO PAULO

*OLIVEIRA, Gildriano Soares de**; *COSTA, Beatriz de Oliveira***; *SILVA, Michele Claudia da****;
*CASTELINI, Fabrício Rogério*****; *SILVA, Rouverson Pereira da******

RESUMO

Bacia hidrográfica é a unidade de área resultante da compartimentação natural dos terrenos compreendidos por divisores topográficos. A caracterização morfométrica é um dos principais procedimentos para compreender os processos hidrológicos, a dinâmica ambiental e fornecer informações suficientes para gestão das mais diversas bacias (ROSA E LUCAS, 2014). O objetivo deste estudo foi mensurar os parâmetros físicos da bacia hidrográfica por meio de técnicas de sensoriamento remoto por modelagem SWAT (Soil and Water Assessment Tool). A pesquisa foi realizada no Ribeirão Pádua Diniz, com área de 332,43 km² e comprimento do leito principal de 43,51 km, localizada na região noroeste do estado de São Paulo, com coordenadas UTM, projetados a uma latitude de 7.781.328,77m N e longitude de 581.845,56m E, Datum SIRGAS 2000, Zona 22S, Meridiano Central -51°, incluindo partes dos municípios: Indiaporã, Mira Estrela, Macedônia, Guarani d'Oeste e Fernandópolis. Segundo classificação de Koppen, o clima é Aw e precipitação anual média de 1.378 milímetros. O bioma encontrado é floresta tropical e vegetação é caracterizada como floresta semidecídua. De acordo com o Oliveira *et al.* (1999), os tipos de solos da área são: Latossolos Vermelhos e Argissolos Vermelhos-Amarelos. O Modelo Digital de Elevação (DEM) foi usado para a divisão dos compartimentos hidrológicos no ArcSWAT, gerando tabelas e mapas para estudos das formas da bacia. A modelagem permitiu medir separadamente cada compartimento hidrológico, aumentando a precisão e descrição física de estudos morfométricos da bacia. Ao longo de sua extensão, os compartimentos hidrológicos não apresentaram um formato circular, mas sim uma forma relativamente alongada que indica para uma baixa tendência a enchentes, exceto os compartimentos 9 e 26.

Palavras-chave: ArcGIS; Geoprocessamento; Hidrologia; Manejo de recursos hídricos; Sistema de informações geográficas.

*Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Departamento de Engenharia Rural, Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n 14884-900, Jaboticabal-SP, Brasil, 016 98217-4495, gilsoaresoliveira@yahoo.com.br.

**Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agrônômicas – Departamento de Energia na Agricultura, Fazenda Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780, 18610-307 – Botucatu-SP, Brasil.

***Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Departamento de Engenharia Rural, Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n 14884-900, Jaboticabal-SP, Brasil.

****Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Departamento de Zootecnia, Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n 14884-900, Jaboticabal-SP, Brasil.

*****Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Departamento de Engenharia Rural, Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n 14884-900, Jaboticabal – SP, Brasil

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AS AÇÕES SUSTENTÁVEIS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO INTERIOR DE SÃO PAULO

TAMBORLIN, Jhonatan Fernandes; PLATZER, Maria Betanea***

RESUMO

O presente Projeto de Pesquisa tem por objetivo investigar as ações sustentáveis, realizadas em uma escola pública estadual, situada no interior do estado de São Paulo. Intencionamos, por meio deste estudo, que se refere ao Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado na graduação em Biologia, identificar a relação dos docentes e discentes com o Meio Ambiente e os vários processos de Educação Ambiental atuantes no dia a dia da escola. Para alcançar o objetivo proposto, desenvolveremos um estudo de caso, recorrendo a observações feitas na unidade escolar e pela realização de entrevistas e aplicação de questionários aos educadores e alunos. Os dados coletados serão analisados com o intuito de identificar as principais ações sustentáveis realizadas pelos educadores e alunos e as experiências e vivências manifestadas pelos sujeitos participantes desta pesquisa acerca das questões ambientais tratadas pela escola. O estudo ainda visa a contribuir com propostas de atividades ligadas à área ambiental condizentes com as necessidades apresentadas pela escola, fornecendo, também, matérias para futuras discussões sobre as diversas ações sustentáveis ligadas ao ambiente escolar. É nesse sentido que o presente projeto se torna relevante ao investigar as ações sustentáveis e as práticas de educação ambiental, realizadas nessa unidade escolar, valorizando-as e, ao mesmo tempo, contribuindo de alguma forma, para futuras discussões acerca dessa temática no campo da educação.

Palavras-chave: Ações Sustentáveis; Educação Ambiental; Escolas Públicas; Sustentabilidade.

*Graduando em Ciências Biológicas – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

**Docente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

ANÁLISE DA QUALIDADE BIÓTICA DA ÁGUA DO CÓRREGO DA PACIÊNCIA (MUNICÍPIO DE RINCÃO-SP) ATRAVÉS DA COMUNIDADE DE MACROINVERTEBRADOS AQUÁTICOS AO LONGO DE UM PERFIL LONGITUDINAL

*SILVA, José Augusto Venâncio da**; *SAULINO, Hugo Henrique Lanzi***

RESUMO

O estudo de macroinvertebrados aquáticos tem se destacado em vista de sua grande relevância como bioindicadores biológicos, e vêm servindo de parâmetro para a qualidade ambiental dos ecossistemas aquáticos. O objetivo do estudo é analisar a qualidade biótica do Córrego da Paciência (Rincão-SP), através da comunidade de macroinvertebrados aquáticos como bioindicadores ao longo de um perfil longitudinal (cabecera/foz). O presente estudo tem como premissa a seguinte hipótese: os parâmetros ecológicos e a qualidade biótica da água decrescem em razão da intensificação das interferências antropogênicas no entorno corpo d'água. Serão selecionados três trechos com 100 metros de extensão com diferentes tipos de uso e ocupação da terra. Em cada trecho, as coletas serão realizadas com a utilização de um surber (0,25x0,25 cm) em três pontos com distância média de 30 metros. O material será fixado em meio conservante e acondicionado em potes de polietileno para análise em laboratório. A triagem da fauna será realizada em microscópio estereoscópio binocular, e a identificação dos espécimes ocorrerá até o nível taxonômico de família. A comunidade será analisada através dos parâmetros ecológicos de riqueza, diversidade de Shannon, dominância de Simpson e Equitabilidade de Pielou. Diferenças significativas das variáveis ecológicas obtidas entre os trechos serão analisados por meio de uma ANOVA. A distribuição espacial da comunidade será analisada através de uma Análise de Componentes Principais (PCA) e, a qualidade biótica da água será obtida por meio do índice biótico BMWP. Os resultados demonstrarão qual a atual estado de qualidade ambiental do corpo d'água e poderão auxiliar nas diretrizes para a conservação da biodiversidade em nível municipal.

Palavras-chave: Biomonitoramento; Ecossistemas lóticos; Gestão ambiental.

*Graduando em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara/SP.

**Graduado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS DE JAHU-SPE ARARAQUARA-SP: POTENCIALIDADES E FILTROS INSTITUCIONAIS

*SANTOS, Larissa Maria Palácio dos**; *LORENZO, Helena Carvalho de***;
*REZENDE, Jozrael Henriques****

RESUMO

O crescimento desenfreado do volume de resíduos constitui uma das maiores problemáticas ambientais da atualidade e suscitou a edição da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), Lei n.º 12.305, de 2010. A PNRS se consubstancia em um conjunto de diretrizes e ações que deverão ser adotadas com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos por todos os entes federativos. Aos municípios a Lei impõe a responsabilidade pelo descarte e tratamento adequado dos seus resíduos; no entanto, eles encontram dificuldades na implantação da mesma. O presente estudo se propõe a identificar as potencialidades e obstáculos na implantação da PNRS nos municípios de Jahu-SP e Araraquara-SP, uma vez que apresentam graus diferentes de atendimento às obrigatoriedades impostas por lei, razão por que o estudo ainda em desenvolvimento levará em conta suas especificidades. A pesquisa será estruturada a partir da composição de base dados secundários de produção, coleta e reciclagem de resíduos sólidos realizados nos municípios de análise, com vistas a determinar a importância de consolidação de políticas municipais de resíduos sólidos. Em um segundo momento objetiva-se analisar as estruturas administrativas dos municípios, procurando configurar as estruturas de gestão, as dotações orçamentárias e as iniciativas realizadas no âmbito das políticas municipais. Uma terceira fase da pesquisa se consolida em entrevistas semiestruturadas com os principais agentes sociais e políticos objetivando caracterizar o papel e as estratégias governança dos agentes no âmbito da consolidação de PNRS.

Palavras-chave: Política Nacional dos Resíduos Sólidos; Resíduos; Responsabilidade municipal.

*Tecn.^{ga} em Gestão da Produção Industrial pela Faculdade de Tecnologia de Jahu – Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC); atualmente Mestranda do curso de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) e Bolsista do programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

***Professor, Pesquisador e Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Faculdade de Tecnologia de Jahu – FATEC JAHU, Jaú, SP.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL NO TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE EM MOTUCA-SP: FORMAÇÃO DE REDES DE COESÃO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

PUGLIESE, Lilian; ALMEIDA, Luiz Manoel Moraes Camargo***

RESUMO

O presente trabalho procura alinhar-se às análises das políticas públicas em contextos territoriais. O objeto que se busca avaliar neste trabalho é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), a partir do questionamento sobre a interferência da segurança energética e o desenvolvimento de agrocombustíveis na segurança alimentar. Pretende-se desenvolver uma análise crítica da política, de forma a verificar as eficácias e entraves do programa, especificamente, para elementos de segurança alimentar tratada de maneira aprofundada dos agricultores familiares inseridos na política e para o desenvolvimento e formação de redes de cooperação social. Busca-se uma análise crítica das aplicabilidades do PNPB institucionalizadas em nível federal que ganha contornos diferenciados no território analítico; mostrar o desenvolvimento territorial segundo a metodologia Kageyama; avaliar os perfis dos agricultores familiares com recorte em elementos de segurança alimentar; mostrar os entraves institucionais e organizacionais existentes na política pública em nível territorial; identificar se o PNPB formou redes de inclusão social e econômica e quais são os atores, características e suas conexões; avançar na agenda de pesquisa de avaliações das políticas públicas e analisar o processo de inserção e/ou exclusão dos agricultores familiares nas políticas sociais para o campo.

Palavras-chave: Biocombustíveis; Políticas Públicas; Segurança Alimentar.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

CRIAÇÃO EM CATIVEIRO DE *DERMESTES MACULATUS*

VITURI, Lincoln Laudelizio*; CAMILLI, José Ângelo**

RESUMO

O objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento de métodos mais eficientes de criação e manejo de *Dermestes maculatus* em cativeiro. Esses insetos são animais de interesse na área forense, uma vez que eles aparecem em determinado período de tempo após morte de um animal ou ser humano, se reproduzem e vivem do corpo em putrefação e, além do uso para a determinação do período pós morte, ele tem sido utilizado em laboratórios de anatomia e museus de zoologia para o processo de esqueletização de peças anatômicas, com a vantagem de não apresentar risco biológico nem químico para o meio ambiente. A presente pesquisa apresenta métodos de manejo que podem melhorar o desenvolvimento da colônia através de dietas, temperaturas e luminosidade controladas; serão utilizadas 6 (seis) criadouros, sendo 3 (três) de plástico e 3 (três) de vidro, sendo um de plástico e um de vidro, com alimento igual, para determinar o melhor meio de criação, utilizando substratos de pano, serragem, terra e palha dentro dos aquários para criação; será colocado 1 casal em cada criadouro. A alimentação será feita com gordura animal, carne animal limpa de gordura e carne com a gordura para que se determine o efeito dos lipídios em excesso nos insetos. A luminosidade e temperatura durante o experimento será controlada, variando em cada experimento, feito a contagem das pupas e adultos de cada criadouro, e a presença de possíveis pragas e defeitos de nascença nas novas gerações de insetos serão avaliados posteriormente em um conjunto total de dados. Inicialmente serão criadas colônias de *Dermestes maculatus*. Esperando que neste experimento sejam recolhidas informações que contribuam para o desenvolvimento de colônias numerosas e fortes para melhorar o uso desses insetos em várias áreas.

Palavras-chave: Cativeiro; Criação; *Dermestes maculatus*; Desenvolvimento; Manejo.

*Graduando em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Docente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

RESPONSABILIDADE JURÍDICA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO DA BARRA EM RIBEIRÃO PRETO, SP

*GOZZI, Livia Mara Ferreira Crespo**; *RIOS, Leonardo***

RESUMO

A implantação de um assentamento de reforma agrária é um processo extremamente complexo e, apesar de todas as normas legais, nem sempre as questões ambientais são consideradas na implantação, execução e operação do projeto. Tendo em vista a relevância e a abrangência que envolvem a sustentabilidade ambiental, e a necessidade de cadastramento das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pelo novo código florestal brasileiro (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012), este projeto busca analisar as condições ambientais das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL), a responsabilidade jurídica pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a responsabilidade pela adequação ambiental do assentamento da Barra em Ribeirão Preto (SP), frente à legislação brasileira. Será levantada e analisada a legislação ambiental e de criação do assentamento, o termo de ajuste de conduta do assentamento com o ministério público de São Paulo e o modelo de contrato entre o INCRA e o assentado. Para verificar as condições das áreas de APPs e Reserva Legal, utilizar-se-á o mapa do projeto de implantação do assentamento fornecido pelo INCRA, com a delimitação das áreas dos lotes, das APPs e da RL, bem como imagens de satélite do Google Earth integrados em um sistema de informações geográficas (SIG).

Palavras-chave: Adequação Ambiental; Assentamento; Legislação Ambiental; Responsabilidade Ambiental.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO E DOS IMPACTOS DA LEI DO MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

CAMPANHA, Lucas José; LORENZO, Helena Carvalho de***

RESUMO

Na década de 1990, dois fenômenos de grande interesse emergiram: o primeiro foi a expansão e o ganho de relevância das pequenas empresas; o segundo foi a disseminação de políticas públicas voltadas para este público. Dentre as políticas incorporadas na agenda governamental, observou-se a criação de um aparato legal. O objetivo deste texto é apresentar uma pesquisa cujo intuito é analisar a implementação da lei do micro empreendedor individual em Araraquara. Este projeto questiona se a lei está sendo implementada de forma eficiente e eficaz. A execução do projeto encontra-se na fase inicial e os resultados aqui apresentados são decorrentes da revisão da literatura. Até o momento, identificaram-se os principais pontos positivos e negativos do discurso da lei. Nos aspectos positivos destacam-se que a legislação disponibiliza ao pequeno empresário isenções de taxas para o registro; redução da carga tributária; cobertura previdenciária; ausência de burocracia; controle simplificado; acesso a serviço bancário e benefícios governamentais. Nota-se que, no discurso, o marco regulatório buscou minimizar as principais dificuldades enfrentadas pelo pequeno empresário, por outro lado, observam-se também limitações, tais como restrições às determinadas atividades econômicas ao pleito da política, o limite de faturamento anual; as limitações no poder de contratação e as dificuldades para conquistar licença permanente do alvará de funcionamento. Esses aspectos negativos inviabilizam, em parte, a adoção dessa política em determinados contextos e/ou desmotiva o crescimento empresarial.

Palavras-chave: Implementação; Lei do MEI; Pequenas empresas.

*Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA UTILIZANDO A COMUNIDADE DE MACROINVERTEBRADOS BENTÔNICOS DO CÓRREGO DA BOCAINA (SP): RESULTADOS PRELIMINARES

*SAHM, Lucas H. *; GORNI, Guilherme Rossi**; RIBEIRO, Maria Lúcia***

RESUMO

Dentre os invertebrados de ecossistemas dulcícolas se destacam os insetos, apresentando grande abundância, riqueza e biomassa nesses sistemas. Estudos sobre a dinâmica das comunidades de invertebrados permitem inferência sobre a produtividade primária como também na decomposição de ecossistemas aquáticos, possibilitando visualização do estado de degradação ambiental. Assim, o presente trabalho pretende avaliar a qualidade ambiental através da comunidade de macroinvertebrados bentônicos e variáveis físicas e químicas da água/sedimento no córrego da Bocaina, localizado no município de Bocaina (Região Central do Estado de São Paulo). As coletas estão distribuídas em intervalos sazonais entre os meses de setembro de 2014 e maio de 2015. A amostragem consiste em coletas de sedimento em três pontos utilizando amostrador do tipo rede em D (malha 0,21mm) para seleção dos macroinvertebrados. As amostras foram acondicionadas em galões plásticos contendo água do próprio ambiente. No laboratório, o material coletado foi lavado sobre peneira granulométrica com malha de 0,21 mm, visando facilitar o processo de triagem. Os organismos triados foram identificados até o nível de família. No ato das coletas foram aferidas as seguintes variáveis: a velocidade do fluxo, temperatura da água, condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, pH, profundidade e largura do córrego. A estrutura da comunidade de macroinvertebrados aquáticos será analisada pelas métricas riqueza de espécies, abundância, e também por meio dos índices de diversidade de Shannon (H') e Equitabilidade de Pielou. Até o momento foi encontrado grande abundância de Chironomidae (Diptera). Essa família apresenta uma tolerância a ambientes poluídos e sobrevivem em ambientes com baixa quantidade de oxigênio dissolvido na água, o que pode indicar alterações antrópicas no trecho amostrado.

Palavras-chave: Avaliação Ambiental; Biomonitoramento; Córrego da Bocaina; Degradação Ambiental; Insetos Aquáticos.

*Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

GESTÃO DA VEGETAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS: INFLUÊNCIA NA CRISE DE ABASTECIMENTO

LEMES, Marci Aparecida; YAVORSKI, Rosely***

RESUMO

A vegetação é um dos principais componentes da bacia hidrográfica. As alterações naturais ou antrópicas afetam a bacia e sub-bacias repercutindo no conjunto, causando a diminuição da recarga dos lençóis freáticos e agravando a crise de abastecimento. Os recursos vegetais constituem indicadores de qualidade e quantidade da água. A gestão da vegetação é necessária, devendo ser efetuada através de intervenções técnicas para corrigir e mitigar os impactos causados pelas alterações que influenciam na crise de abastecimento. O objetivo geral desta pesquisa foi verificar como a gestão da vegetação nas bacias hidrográficas vem sendo efetuada. Os objetivos específicos foram a contextualização sintética da vegetação das bacias hidrográficas e o mapeamento da estrutura governamental e suas ações na gestão da vegetação das bacias. A metodologia utilizada foi a revisão da literatura, pautada em estudos realizados no campo da vegetação das bacias e na legislação pertinente. Os resultados demonstraram que os percentuais de vegetação nativa nas bacias são inferiores a 20% e, em algumas, chegam a menos de 10% a 5% de cobertura vegetal. Concluiu-se que a gestão da vegetação deve ser feita de forma planejada, preservando, mantendo e recompondo a vegetação, primando pela natureza. A estrutura governamental ligada à vegetação das bacias é adequada e possui condições estruturais e técnicas para efetuar uma gestão eficaz. Entretanto, cabe uma ressalva para o cumprimento das leis, pois quem transgride as normas é passível de punição, mas poucos são punidos, pois falta fiscalização ao cumprimento das normas. A presença de vegetação nas bacias é de fundamental importância para se conseguir níveis satisfatórios de qualidade e quantidade da água e contribuir para a diminuição da crise de abastecimento.

Palavras-chave: Bacias hidrográficas; Crise de abastecimento; Dinâmica ambiental e socioeconômica; Gestão da vegetação.

*Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara, SP – UNIARA. Especialista em Direito Ambiental e Ordenação do Território pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná – EMAP. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Advogada e Pesquisadora. e-mail: advmarci@gmail.com.

**Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara, SP – UNIARA. Especialista em Educação Especial – Deficiência Mental. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Professora da Faculdade do Norte do Paraná – FACNORTE. Psicóloga e Pesquisadora. e-mail: rose2013yavorski@gmail.com.

A CRISE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E A REPERCUSSÃO NO PSICOLÓGICO DA POPULAÇÃO

LEMES, Marci Aparecida; YAVORSKI, Rosely***

RESUMO

A crise de abastecimento de água está repercutindo no psicológico da população, que se vê privada ou na eminência de sê-lo, do bem ambiental mais precioso para a manutenção da vida. As alterações do ciclo hidrológico causadas pelas modificações naturais ou antrópicas das bacias hidrográficas estão causando a diminuição da recarga dos lençóis freáticos e agravando a crise de abastecimento. A falta ou a escassez de água está afetando psicologicamente a população e influenciando na qualidade de vida da mesma. O objetivo geral desta pesquisa será verificar como a crise de abastecimento de água está repercutindo nos aspectos da personalidade do indivíduo, ou seja, no seu psicológico. O objetivo específico é apurar o grau de entendimento, de cada indivíduo entrevistado, frente ao problema do abastecimento e a sua percepção ambiental sobre o tema. A metodologia utilizada será dividida em duas etapas: revisão da literatura e pesquisa de campo. A revisão da literatura se pautará em estudos realizados no campo da psicologia relacionada à percepção e entendimento referente à falta ou escassez de água. A pesquisa de campo se pautará na verificação do grau de entendimento do ator entrevistado vítima da falta ou escassez de água e no estudo de sua percepção ambiental sobre o tema.

Palavras-chave: Crise de Abastecimento de Água; Percepção Ambiental; Repercussão Psicológica.

*Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara, SP – UNIARA. Especialista em Direito Ambiental e Ordenação do Território pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná – EMAP. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Advogada e Pesquisadora. e-mail: advmarci@gmail.com.

**Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara, SP – UNIARA. Especialista em Educação Especial – Deficiência Mental. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Professora da Faculdade do Norte do Paraná – FACNORTE. Psicóloga e Pesquisadora. e-mail: rose2013yavorski@gmail.com.

A PUBLICIDADE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

*LOPES, Mário Marcos**

RESUMO

Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH's), instituídos pela Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei n.º 7.663, de 30 de dezembro de 1991), representam um avanço para a gestão dos recursos naturais no Estado de São Paulo e no Brasil, ao proporem uma gestão descentralizada, integrada e participativa das águas, estabelecendo a Bacia Hidrográfica como Unidade Territorial de Planejamento e Gestão. Entretanto, considera-se como princípio básico que deve orientar a instalação e orientação de um comitê: a universalização da informação e a divulgação sobre seu processo de criação e instalação, bem como os demais atos, decisões, documentos, reuniões e outras informações que venham a tornar essa gestão transparente e participativa. Diante do exposto, este trabalho investiga a publicidade dos atos e ações do CBH's divulgados no portal eletrônico intitulado Sistema de Informações para o Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - SIGRH, visando a analisar aspectos referentes às bases de consultas, comunicações e conhecimento acumulado nesse espaço de domínio público. Esta pesquisa analisou informações que estão presentes no portal e, também, verificou que há ausência de alguns dados. Os resultados poderão servir como subsídio para um aprimoramento do SIGRH relacionado a informações dos Comitês, cumprindo assim o princípio da publicidade na qual "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo em geral", conforme estabelece a Constituição Federal.

Palavras-chave: Comitês de Bacias Hidrográficas; Portal Eletrônico; Publicidade.

*Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

COMUNIDADE DE OLIGOCHAETA (ANNELIDA:CLITELLATA) COMO BIOINDICADORA DE QUALIDADE DE ÁGUA NO CÓRREGO DA BOCAINA (REGIÃO CENTRO-OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO): RESULTADOS PRELIMINARES

SANCHES, Nathalie Aparecida Oliveira*; GORNI, Guilherme Rossi*; RIBEIRO, Maria Lúcia*

RESUMO

Os oligoquetos são importantes constituintes da fauna bentônica e um dos grupos mais atuantes no fluxo de energia e reciclagem de matéria orgânica nos ecossistemas aquáticos. Além disso, algumas espécies dessa classe são consideradas eficientes bioindicadores de avaliação de estado trófico e poluição orgânica da água e do sedimento. Dentro desse contexto, o trabalho tem como objetivo geral avaliar a qualidade da água do Córrego da Bocaina, através de análises físicas e químicas e da comunidade de Oligochaeta. O córrego está localizado no município de Bocaina, que tem como principais atividades econômicas a agroindústria e curtumes. As amostras são coletadas em 3 pontos (com 3 réplicas) em intervalos sazonais com o auxílio de um amostrador com malha 0,21 mm pelo método de varredura. O material coletado é triado para obtenção dos organismos pertencentes à Classe Oligochaeta, fixado com formalina 10% e identificado até nível de espécie. Também são medidas 7 variáveis em campo que podem influenciar a distribuição dos oligoquetos: temperatura, condutividade, oxigênio dissolvido, pH, profundidade, largura e velocidade da correnteza. A estrutura da comunidade de oligoquetos será analisada através das métricas: riqueza de espécies, abundância, índices de diversidade de Shannon e Equitabilidade de Pielou. A similaridade na composição da oligofauna dentre as estações será demonstrada com uma análise de agrupamento de Bray Curtis e para investigar as possíveis correlações entre as variáveis ambientais e a ocorrência/abundância das espécies será empregada uma análise de correlação canônica. Até o momento já foram encontradas 16 espécies, distribuídas em 8 gêneros e 2 famílias. A espécie mais abundante foi *Limnodrilus hoffmeisteri*, que é característica de ambientes impactados.

Palavras-chave: Ecossistemas de água doce; Oligoquetos aquáticos; Poluição; Qualidade da água.

*Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS: FATORES INFLUENTES NOS ENTRAVES E POTENCIALIDADES E ESTUDO DE CASOS

GUSHIKEN, Oscar Hideyuki; LORENZO, Helena Carvalho de***

RESUMO

Na realidade brasileira, as primeiras experiências em economia solidária (ecosol) surgiram nos anos 80, mas tomaram impulso a partir da década de 90. Inicialmente, tais iniciativas se caracterizavam pela sua origem autônoma, fruto da organização da classe trabalhadora. A expansão e a relevância das experiências solidárias em todo o território brasileiro suscitaram agendas políticas e instituições de fomento, convertendo-a em objeto das políticas públicas. Atenta-se assim a importância do papel das ações das instituições de apoio e das interações entre agentes no campo da ecosol, sobretudo na esfera local, que, mesmo sendo múltiplas e multidirecionadas, abarcam potencialidades, complexidades e entraves. Assim, o objetivo da pesquisa é identificar e analisar fatores que influem como entraves e/ou potencialidades nas dinâmicas locais de ecosol, ancorados por políticas públicas municipais. A pesquisa qualitativa de cunho exploratório e explicativo utilizará abordagens em políticas públicas e de perspectivas histórica e sociocultural. Os estudos de casos compreenderão entrevistas semiestruturadas com representantes das instituições de apoio e de empreendimentos solidários nos municípios de Araraquara, São Carlos e Osasco. Parcialmente, constata-se que, em Araraquara, o desconhecimento e desinteresse na prática dos princípios da ecosol e na natureza do empreendimento geram entraves na organização e nas relações internas do empreendimento, por outro, o desinteresse político da atual gestão municipal revela que apenas a existência de uma lei municipal de ecosol demonstra não assegurar a perenidade e eficácia das políticas municipais de ecosol.

Palavras-chave: Cooperativismo; Economia Solidária; Políticas Públicas.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Araraquara. Autor do trabalho.

**Doutora em Geografia Organização do Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Rio Claro. Vice-coordenadora e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). Orientadora do trabalho.

INDICADORES DE ESTRUTURAS DE GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

HERRERA, Osni Paulo; ORIANI E PAULILO, Luiz Fernando de***

RESUMO

Há um entendimento empírico que órgãos públicos brasileiros, de modo geral, são ineficientes na implementação de políticas públicas. Contudo, há dificuldades em se objetivar os aspectos que concorrem para essa caracterização. No presente estudo, se pretende, pois, desenvolver uma abordagem metodológica para obtenção de matriz de indicadores de gestão, que permita a aferição da aptidão organizacional-administrativa de órgãos públicos na implementação de políticas públicas. Aspectos do gerencialismo público deverão ser descritos e revistos, para a construção do instrumental analítico proposto. O eixo teórico será a Teoria Crítica na Administração, que proverá a adequação epistemológica dos indicadores. A expectativa é que o estudo auxilie na avaliação prévia da viabilidade da implementação de determinada política pública ou, posteriormente, da sua adequada condução. O universo empírico será duas Secretarias de Governo, de um Município de médio porte, do interior do Estado de São Paulo, escolhidas por suas características funcionais. Os atores serão servidores públicos de carreira, que exerçam funções de gestão, excluídos os agentes políticos (cargos eletivos e de livre nomeação), em razão do escopo do estudo tratar das estruturas organizacionais permanentes e não das transitórias, vinculadas ao poder decisório político. As fontes serão primárias, através de pesquisa de campo e secundárias, mediante consulta em sites especializados, bibliotecas, etc. Os dados primários deverão ser coletados através de questionários estruturados, com base nos indicadores selecionados e as opções de respostas seguirão a escala Likert. Para obtenção da matriz de indicadores proposta será utilizada análise fatorial, pelo modelo de rotação ortogonal Varimax.

Palavras-chave: Gestão; Indicadores; Políticas Públicas; Teoria Crítica; Varimax.

Apoio Financeiro: Pibic/ Uniara – CNPq.

*Bacharel em Direito. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – Uniara/SP.

**Doutor em economia pela Unicamp. Professor adjunto e coordenador de curso na Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil. Docente e orientador do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – Uniara/SP.

COBERTURA VEGETAL NATIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE POR MEIO DE INDICADORES

CAZEIRO, Larissa Fernanda*; ALCORINTE, Marina Gulo**; RIBEIRO, Maria Lúcia***;
GORNI, Guilherme Rossi***

RESUMO

Indicadores ambientais vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos, abordando impactos de substâncias químicas, uso inadequado de recursos naturais, degradação ambiental, entre outros. Assim, a construção de indicadores vem ganhando espaço na mensuração ambiental subsidiando desenho e implementação de políticas públicas adequadas. Nesse contexto, este trabalho descreve quatro indicadores ambientais (presença de área de reserva legal, utilização da dessa área, existência de mata ciliar e uso das áreas de APP que ficam às margens dos lagos, rios, brejos e córregos), com o objetivo de desenvolver índices para avaliação de possíveis impactos em três assentamentos do interior do Estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada nos assentamentos das cidades de: Araraquara (Bela Vista), Iaras (Zumbi dos Palmares) e Ribeirão Preto (Fazenda da Barra), por intermédio da aplicação de questionários às famílias assentadas no período de Julho a Agosto de 2011. Visando averiguar a efetividade ambiental entre os assentamentos, foram utilizadas duas métricas para análise dos dados: Escore Ambiental (EA) por unidade produtiva e Análise Individual (AI) das variáveis, atribuindo valores de 0 a 1. Os assentamentos apresentaram escore médio de 0,41 para Bela Vista, 0,35 para Zumbi dos Palmares e 0,39 para Fazenda da Barra, indicando similaridade em relação à efetividade ambiental. Os resultados de AI corroboraram os valores médios encontrados para os EA, demonstrando que os assentamentos dispõem de Reserva Legal e APP (Bela Vista: 0,67 e 0,67; Zumbi dos Palmares: 0,43 e 0,62; Fazenda da Barra: 0,50 e 0,44), porém, a utilização dessas áreas de cobertura vegetal nativa (valores se situaram entre 0,00 e 0,24), desrespeitam rigorosamente as normas de preservação ambiental.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Cobertura vegetal nativa; Indicadores ambientais.

Apoio Financeiro: FUNADESP.

*Graduada em Farmácia pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Araraquara, SP.

**Graduanda em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Araraquara, SP.

***Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, Araraquara, SP.

OS PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS E AS ÁREAS CONTAMINADAS

*SERIGNOLLI, Pedro Paulo Grizzo**; *GORNI, Guilherme Rossi***

RESUMO

Registros da história dão conta da relação da humanidade com os recursos hídricos. A Mesopotâmia, onde hoje é o território do Iraque, local ao qual se atribui o início da civilização, localizava-se entre os rios Tigre e Eufrates. O antigo Egito se desenvolveu às margens do Rio Nilo, considerado um dos mais extensos do mundo, e ainda hoje 90% de sua população mora às suas margens. Esse corpo hídrico propiciou a sobrevivência das populações daquele local em região inóspita e deserta do planeta. No Estado de São Paulo, o rio Tietê foi um dos fatores do desenvolvimento do Estado. Esse rio, cuja nascente se encontra próxima ao Município paulista de Salesópolis, tem um percurso de aproximadamente 1.100 Km até o Município de Itapura, onde se localiza a sua foz e deságua no Rio Paraná. Tal corpo hídrico foi responsável por conquistas territoriais realizadas pelos Bandeirantes. Nesses percursos, os Bandeirantes fundavam cidades e povoados, e atualmente existem 62 (sessenta e dois) municípios ribeirinhos. A bacia hidrográfica do Rio Tietê compreende (6) seis sub-bacias hidrográficas, sendo elas: 1) Alto Tietê, onde está inserida a Região Metropolitana de São Paulo; 2) Piracicaba; 3) Sorocaba/Médio Tietê; 4) Tietê/Jacaré; 5) Tietê/Batalha, e, 6) Baixo Tietê. Tal relação do ser humano e de suas atividades acarretaram o desenvolvimento de vários tipos de uso da água. O abastecimento humano é o seu principal e mais nobre uso. A boa qualidade desse recurso propicia melhor qualidade de vida aos seres humanos. Estimativas da Organização Mundial de Saúde indicam que aproximadamente 13.700 (treze mil e setecentas) pessoas morrem por dia em virtude de doenças transmitidas pela água, metade delas crianças com menos de 5 (cinco) anos de idade. Mas as atividades humanas também compreendem outros usos da água, como o abastecimento industrial, por exemplo. Nos processos produtivos a água pode ser utilizada como solvente para lavagens e para processos de resfriamento, dentre outras finalidades. A irrigação também é um uso importante da água, com estimativas de que algo em torno de 70% (setenta por cento) do consumo de água doce no mundo é utilizada para esse fim. Outros usos também são apontados, como a geração de energia elétrica, navegação, assimilação e transporte de poluentes, preservação da flora e fauna, aquicultura e recreação. De modo que esse recurso é essencial para o ser humano. Contudo, a sua falta causa problemas de variadas ordens. A grave crise hídrica enfrentada pelo Estado de São Paulo é exemplo disso. As repercussões dessa crise na economia paulista já motivaram a eliminação de 3 (três) mil postos de trabalho, sem dizer nas dificuldades no abastecimento da população. Para a gestão desse recurso natural são utilizados vários tipos de medidas. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a titularidade dos recursos hídricos, atribuindo-os à União e aos Estados, nos moldes especificados, respectivamente, nos artigos 20 inciso III e 26 inciso I. Também foi

*Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

**Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

determinado pela Constituição Federal, sob a incumbência da União, a instituição do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e a definição de critérios de outorga de direitos de seu uso (art. 21, XIX). Materializando essa atribuição constitucional, a Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Sob o fundamento da gestão descentralizada dos recursos hídricos e com a adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, referida lei estabeleceu alguns objetivos. Dentre eles a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. E, como diretrizes gerais para a implementação da referida política, elencou a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, bem como a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo. Dentre os instrumentos de tal Política estão os planos de recursos hídricos. No conteúdo mínimo desses planos, dentre outras coisas, estão previstas a análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo, e propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos. Portanto, a utilização do solo é indissociável à gestão dos recursos hídricos, e atividades que possam impactar de qualquer maneira os recursos hídricos devem constar dos planos como conteúdo mínimo obrigatório, e não serem consideradas meras diretrizes para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Uma das questões que dizem respeito a esse problema são as áreas contaminadas. Alguns estados brasileiros já estão adotando medidas para o controle de áreas contaminadas, e em São Paulo a CETESB já catalogou 4.771 (quatro mil setecentas e setenta e uma) áreas até dezembro de 2013. O Estado do Rio Janeiro, em primeiro levantamento, já confirmou a existência de 160 (cento e sessenta) áreas contaminadas. E o Estado de Minas Gerais também identificou 554 (quinhentas e cinquenta e quatro) áreas contaminadas. Tal problema também se repete em países europeus, indicando não ser um problema que se restringe aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Portanto, o problema das áreas contaminadas é o típico problema que exige a efetiva gestão integrada dos recursos hídricos com a gestão ambiental. Isso porque a gestão das águas subterrâneas é atribuição dos Estados, ao passo que o ordenamento territorial, o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano é uma atribuição municipal. E, a proteção ao meio ambiente e combate à poluição é uma atribuição tanto dos Estados quanto dos Municípios. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar que a consideração das áreas contaminadas e eventuais medidas de restrição do uso do solo são medidas obrigatórias como conteúdo mínimo na elaboração dos planos de recursos hídricos, tendo em vista as disposições da Lei n.º 9.433/1997 e da Constituição Federal. E, com isso, são cumpridos os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos. A metodologia utilizada foi a análise das disposições constitucionais relativas aos recursos hídricos e de uso e ocupação do solo, bem como da Lei n.º 9.433/1997 e suas regulamentações. Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica e de dados secundários elaborados por órgãos governamentais. Espera-se demonstrar que a abordagem da questão das áreas contaminadas nos planos de recursos hídricos é apta a cumprir os objetivos da Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos, em especial a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos.

Palavras-chave: Áreas Contaminadas; Lei 9.433/1997; Plano de Recursos Hídricos; Política Nacional de Recursos Hídricos.

A IMPORTÂNCIA DA ARBORIZAÇÃO NA QUALIDADE DA ÁGUA DAS NASCENTES E DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

YAVORSKI, Rosely; LEMES, Marci Aparecida***

RESUMO

A vegetação arbórea tem papel fundamental na conservação e manutenção dos recursos hídricos, principalmente, próxima as nascentes. O desmatamento provoca efeito negativo, degradando a qualidade das águas. A água como bem de uso comum precisa ser disponibilizada a todos com prioridade para o uso humano, sendo sua utilização racional visando a um desenvolvimento sustentável. O estudo em desenvolvimento tem como objetivo provocar o interesse dos seres humanos na conservação das nascentes, conscientizando-os da importância de preservar e manter a vegetação existente e aumentar a área de preservação. Trata-se de pesquisa bibliográfica, em que foram consultados artigos científicos, no período de 2008 a 2012, utilizando como palavra-chave: arborização e águas superficiais, os quais discutem as mudanças ocorridas até o momento em relação às condições climáticas e a diminuição na qualidade das águas no mundo, devido ao desmatamento causando desequilíbrio na natureza. Nos trabalhos realizados (90%), os autores afirmam que: os desequilíbrios em relação às condições climáticas causada pelo desmatamento afetam a qualidade das águas. Pode-se detectar que o desmatamento provoca uma diminuição na precipitação de chuvas, afetando a integridade hídrica dos reservatórios naturais (rios) pertencentes à humanidade. Observou-se que o desmatamento aumenta a temperatura ambiental, fazendo que haja diminuição das águas superficiais. Sem proteção, as águas superficiais estão sujeitas a receber poluição de todo tipo, com a arborização próxima às nascentes e ao longo desses cursos de água, há uma maior proteção. Para a preservação das águas é importante haver políticas públicas que priorizem a sustentabilidade das águas.

Palavras-chave: Águas superficiais; Desmatamento; Preservação ambiental.

*Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara, SP – UNIARA. Especialista em Educação Especial - Deficiência Mental pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Jandaia do Sul. Professora da Faculdade do Norte do Paraná – FACNORTE. Psicóloga e Pesquisadora. e-mail: rose2013yavorski@gmail.com.

**Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara, SP – UNIARA. Especialista em Direito Ambiental e Ordenação do Território pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná – EMAP. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, PR – UEM. Professora da Faculdade do Norte do Paraná – FACNORTE. Advogada e Pesquisadora. e-mail: advmarci@gmail.com.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM UMA USINA DE RECICLAGEM NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP (INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

*ELIAS, Silvana Rached**; *CINTRÃO, Janaína Florinda Ferri***;
*WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta***

RESUMO

O estudo da qualidade de vida no trabalho com certeza é uma preocupação crescente e fundamental. Hoje, sabemos que o homem é o principal elemento diferenciador, e o agente responsável pelo sucesso de todo e qualquer negócio. Assim, a qualidade de vida no trabalho é o conjunto de ações que uma empresa pode implantar para gerar melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho. Quando essas ações são implantadas, faz com que o indivíduo trabalhe mais motivado e, conseqüentemente, tenha um melhor desempenho na empresa. Já a reciclagem é um processo importante para nossa sociedade, pois trata o resíduo como matéria prima que pode ser reaproveitada para fazer novos produtos e traz benefícios para todos se ocorrer de maneira correta e eficiente. Dentro desse contexto, este projeto tem como objetivo geral estabelecer e analisar os aspectos ligados à Qualidade de Vida no Trabalho, em uma usina de reciclagem de Araraquara (interior do Estado de São Paulo). O espaço físico da pesquisa de campo será a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Acácia, com aproximadamente 180 cooperados, localizada na cidade de Araraquara. Como metodologia, será aplicado um questionário com perguntas fechadas e entrevista semidirigida com os funcionários internos da Cooperativa. Espera-se com esta pesquisa enfatizar a importância dos estudos de qualidade de vida no trabalho na nossa sociedade atual, que sofre com as exigências e pressões no setor trabalhista, e também mostrar a necessidade de valorizar o trabalho da coleta de materiais recicláveis nos centros urbanos.

Palavras-chave: Cooperativa; Qualidade de vida no trabalho; Satisfação no trabalho; Usina de reciclagem.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

² Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) – Araraquara, SP.

EDUCAÇÃO NO CAMPO OU EDUCAÇÃO DO CAMPO: AVALIAÇÃO ATRAVÉS DA MEMÓRIA DOS EX-ALUNOS DAS ESCOLAS DO CAMPO DE ARARAQUARA

SILVA, Silvani; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta***

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa em andamento é discorrer sobre as principais perspectivas e os entraves institucionais e organizacionais do Programa Escola do Campo do Município de Araraquara/SP, implementado nas escolas EMEF Professor Hermínio Pagôto, EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado e a EMEF Eugênio Trovatti. Como recorte analítico, pretende-se investigar a educação enquanto estratégia para o desenvolvimento socioeconômico para o meio rural, e como esse discurso está presente nas lutas dos movimentos sociais do campo e como se apresenta na realidade das escolas investigadas. No município de Araraquara, desde 2001 foi instituído o programa escola do campo. A pesquisa visa analisar de que maneira as escolas do campo de Araraquara trabalham pedagogicamente os princípios dos movimentos sociais. Passados treze anos da implantação do programa, há condições concretas de ser feita uma avaliação qualitativa da influência da trajetória da Educação do Campo face aos dilemas vividos pela juventude rural. Para desenvolver a análise estamos recorrendo à concepção materialista histórica dialética. Dentro de uma abordagem da pesquisa qualitativa, utilizam-se como instrumentos a análise documental, a observação, o caderno de campo e a entrevista semiestruturada com três gestores, três coordenadores pedagógicos, três professores, nove ex-alunos das escolas. Dados parciais apontam que a identidade do programa escola do campo ao longo do período foi sendo perdida, mas ainda há uma resistência conduzida pelos profissionais que se identificam com a proposta de uma Educação para a transformação social. Nos depoimentos dos ex-alunos, evidencia-se que a escola contribuiu para uma consciência crítica e ambiental.

Palavras-chave: Educação do Campo, Movimentos Sociais, Políticas Públicas; Trabalho.

Apoio Financeiro: CAPES.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA – Araraquara/SP.

A UNIÃO FAZ A HORTA

BONFADINI, Suzana Tamiris; SALAZAR, Gabriel de Ponte*; CATAPANI, Luiz Fernando**

RESUMO

O Projeto será desenvolvido em parceria que envolve a Secretaria da Agricultura, a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Araraquara e UNIARA (Centro Universitário de Araraquara). O objetivo principal do Projeto em questão é disponibilizar as famílias pertencentes ao CRAS (Vale do Sol), que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a complementação nas condições alimentares. E, com a Agricultura Orgânica, pode-se proporcionar-lhes melhor qualidade nutricional, além de fortalecer o convívio comunitário tanto dos alunos do curso de Engenharia Agrônômica quanto das famílias participantes, favorecendo a aquisição de novos conhecimentos técnicos de plantio e manejo, com a horta comunitária. Iniciativas serão criadas para solucionar os problemas relacionados à vulnerabilidade, oferecendo, futuramente, cursos de culinária com os produtos da horta, incentivando a produção dos mesmos e a geração de renda com a venda dos produtos derivados. Os resultados serão apresentados através de dados e planilhas com os números relativos ao índice de vulnerabilidade e carência alimentar das famílias inseridas no citado CRAS, ambos fornecidos pela Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Agricultura, e será feita uma análise comparativa com os anos anteriores e posteriores a introdução do Projeto.

Palavras-chave: Agricultura Orgânica; CRAS; Horta; Qualidade; Vulnerabilidade.

*Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

TECNOLOGIAS SOCIAIS E QUALIDADE DA ÁGUA NO AMBIENTE RURAL

ARRUDA, Terezinha Pinto de; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta***

RESUMO

As tecnologias Clorador Embrapa, Fossa Séptica Biodigestora e Jardim Filtrante são eficazes no meio rural e objetivam à melhoria da qualidade da água potável, superficiais ou subterrâneas, interferindo na saúde das pessoas e do ambiente local. Instaladas inicialmente no Sítio São João, unidade de agricultura familiar tradicional (Represa do Broa), atende hoje aos moradores do Assentamento Santa Helena (Represa do 29), ambos na cidade de São Carlos, SP. Nos dois casos, a metodologia utilizada foi a de pesquisa-ação, de forma dialogada e participativa. A primeira das tecnologias, Clorador Embrapa, objetiva a cloração e isenção de germes da água de mina ou poço, em apenas 30 minutos após a adição de cloro granulado (hipoclorito de cálcio) com 65% de cloro ativo. A Fossa Séptica Biodigestora substitui as ainda utilizadas "fossas negras"; "trata dos efluentes provenientes dos aparelhos sanitários (água negra), viabiliza o tratamento do esgoto por meio da digestão anaeróbia..." A terceira, Jardim Filtrante "é uma área alagada artificial, na qual são inseridas macrófitas aquáticas e plantas ornamentais; seu objetivo é tratar a "água cinza", proveniente de pias, tanques e chuveiros. Observamos que a primeira delas promove a melhoria de qualidade de vida das pessoas e sua saúde. A segunda e a terceira, têm por objetivo principal, a proteção das águas superficiais e subterrâneas, ambas reduzem significativamente os agentes patogênicos, o material particulado, orgânico, turbidez e acidez do esgoto, antes de serem lançadas ao solo, rios e riachos que fazem parte da propriedade ou do assentamento.

Palavras-chave: Água potável; Águas Superficiais e Subterrâneas; Saúde; Tecnologias Sociais.

*Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA – Araraquara, SP.